



Sumário executivo

Perspectivas macroeconómicas

Após uma recuperação inicial face aos efeitos da crise económica mundial de 2009, a economia africana abrandou em 2011, em consequência das revoltas árabes. Se em 2010 o crescimento do continente atingiu os 5%, em 2011 caiu para os 3.4 pontos percentuais.

Com a recuperação das economias norte-africanas e uma melhoria sustentada nas outras regiões, o crescimento no continente deverá acelerar para 4.5%, em 2012, e 4.8% em 2013. Mantêm-se, no entanto, os problemas de curto-prazo na economia mundial, com a Europa a ser confrontada com a crise da dívida. Os preços das matérias-primas – um dado crucial para África – sofreram um declínio em relação ao pico, fruto da diminuição da procura e do aumento da oferta, e alguns dos produtos poderão ainda conhecer mais descidas. Prevê-se, de qualquer forma, que os preços continuem a níveis favoráveis para os exportadores africanos.

A subida dos preços dos alimentos e dos combustíveis levou a inflação média do continente a passar dos 5.8%, registados em 2010, para 7.9% em 2011. Estima-se que esta taxa desça gradualmente em 2012 e 2013. Em 2011, alguns países restringiram as políticas monetárias para conter o aumento da inflação; outros preocuparam-se mais com o fraco crescimento e não optaram pela via do controlo das taxas de juro.

As futuras políticas monetárias serão ditadas pela maior ou menor preocupação com a inflação ou com o risco de um novo abrandamento económico global.

Conseguir políticas públicas sólidas continua a ser uma prioridade nos países onde o défice orçamental é relativamente alto, especialmente naqueles que dependem de importações de petróleo. Nos países ricos em recursos, a prudência fiscal pode ser alcançada através de um planeamento de médio-prazo, com pressupostos conservadores sobre os preços futuros das matérias-primas e com a aplicação de mais meios financeiros em fundos soberanos, uma medida de precaução em caso de quebra das receitas relativas aos recursos naturais.

Se a crise da dívida europeia se agravar, o continente africano pode ser atingido pela via do decréscimo dos ganhos nas exportações de bens, serviços e turismo. Outro efeito poderá ser a redução da ajuda pública ao desenvolvimento, do investimento directo estrangeiro e das remessas enviadas por trabalhadores migrantes. Por outro lado, poderá ainda haver algum efeito de contágio nos bancos africanos.

A queda do comércio parece ser o maior risco. O impacto global em África dependerá da intensidade e duração da crise europeia e dos efeitos que terá no resto da economia mundial.

No continente africano, as atenções estarão centradas na Tunísia, no Egipto e na Líbia. Depois das revoltas, os novos governos devem garantir a estabilidade política e melhorar as condições económicas e sociais. Outro alvo de preocupações é o novo Estado do Sudão do Sul e as suas relações com o Sudão. Outros Estados africanos enfrentam descontentamento social e tensões regionais. A seca e as inundações afectaram a produção agrícola e a segurança alimentar em muitos países, especialmente na região do Sahel. Os decisores políticos africanos e a comunidade internacional devem prestar a devida atenção a estes riscos, globais e domésticos.

De uma forma geral, as *Perspectivas Económicas em África 2012* apresentam um cenário optimista para o continente. O impressionante crescimento que África conhece há mais de uma década e a sua resistência à profunda recessão global suportam este optimismo.



Fluxos financeiros externos e receitas fiscais em África

Os recursos externos dirigidos a África cresceram em 2011, na sequência de uma década de políticas macroeconómicas sólidas e de uma média anual de crescimento superior a 5 por cento. A forte recuperação do investimento externo, com a excepção dos países do Norte de África, foi a base de sustentação dos fluxos externos. O apetite das economias emergentes da Ásia e da América Latina pelos recursos naturais desencadeou a alta dos preços internacionais das matérias-primas, o que esteve na base do investimento em recursos naturais em África.

Este forte crescimento no IDE, no entanto, não se traduziu no fortalecimento das oportunidades económicas para as populações nem permitiu a criação dos postos de trabalho necessários para dar resposta à procura. O continente africano necessita de atrair mais investimento directo estrangeiro que impulse a produtividade, de forma a diversificar a economia e a desenvolver o sector privado e poder tirar partido das transferências de tecnologia e dos efeitos de spill-over. As políticas fiscais devem proporcionar aos Estados a possibilidade de maximização do impacto dos diferentes tipos de fluxos externos, através da oferta de serviços públicos de maior qualidade e da prossecução das políticas económicas adequadas.

Políticas comerciais e integração regional

A carteira de exportações africanas continua a ser fortemente dominada pelas matérias-primas, pelo que o continente está à mercê das flutuações dos preços internacionais das matérias-primas. Esta dependência aumenta a exposição do continente a choques externos e reforça a necessidade de diversificação das exportações. O comércio de serviços, sobretudo viagens e turismo, continua a crescer, o que sublinha o grande potencial do continente nesta área.

Os países africanos necessitam de diversificar os seus parceiros comerciais, dentro e fora do continente. O aprofundamento da integração regional irá permitir o crescimento dos ainda baixos níveis de comércio interno e intra-africano. A África precisa de articular estratégias de longo-prazo, nacionais e regionais, para enquadrar o crescente relacionamento com os parceiros do Sul e permitir parcerias mutuamente benéficas. Uma maior cooperação Sul-Sul deveria proporcionar a diversificação de mercados e de investimento, especialmente tendo em consideração a actual situação económica nos Estados Unidos da América e na Europa.

Desenvolvimento humano: fuga de capitais e pobreza

Em 2011, os países da África Subsariana situaram-se no nível agregado mais baixo do índice de desenvolvimento humano, sendo certo que registaram o segundo maior crescimento anual no período 2000-2011. Melhores políticas não serão suficientes para sustentar altas taxas de crescimento de desenvolvimento humano. Terão que ser completadas por uma combinação de APD, remessas, IDE e receitas fiscais, de forma a garantir os meios financeiros necessários para colmatar as lacunas de capital humano. Acelerar o investimento em infraestruturas sociais e económicas também requer o combate à fuga de capitais: calcula-se que este fenómeno tenha custado, em termos de desenvolvimento humano, cerca de 700 mil milhões de USD no período entre 1970 e 2008. Uma vez que os actores envolvidos na fuga de capitais estão tanto dentro como fora do continente, é fulcral reforçar a cooperação internacional nesta matéria.



Governança política e económica

Na sequência da ‘Primavera árabe’ de 2011, Marrocos, a Tunísia e o Egipto têm agora representantes eleitos de partidos políticos de inspiração islamita nos respectivos parlamentos. Após décadas de regimes repressivos, estes países terão que alcançar um novo contrato social que satisfaça todos os estratos sociais, de forma a permitir que as economias regressem rapidamente à normalidade e que seja possível dar resposta às elevadas expectativas geradas pelas revoluções.

À semelhança do Norte de África, os cidadãos de outros países africanos estão a exigir cada vez mais o respeito pelos seus direitos civis e que sejam aplicadas políticas sociais mais justas, adoptando formas pacíficas para expressarem as suas legítimas aspirações. Esta mudança na natureza dos protestos é um indicador de um processo político mais maduro, num quadro onde os governos africanos têm cada vez mais tendência a permitir que os cidadãos exerçam a sua liberdade de expressão de forma pacífica.

Promoção do emprego jovem

A África tem a população mais jovem do mundo e está em crescimento acelerado. Nas próximas décadas, centenas de milhões de jovens africanos deixarão o ensino, em todos os graus, e procurarão encontrar trabalho. Os jovens desempregados e os trabalhadores pobres enfrentam desafios e obstáculos diversos – e variáveis de país para país. O desemprego jovem é fundamentalmente um problema de qualidade, nos países de baixo rendimento, e de quantidade, nos países de médio rendimento. A precariedade do emprego jovem e a pobreza de quem tem trabalho são predominantes nos países pobres. Nos países de rendimento médio-alto, há mais jovens desempregados, desiludidos ou inactivos. Em todos os grupos de países há mais jovens desiludidos do que desempregados, o que sugere que o desafio do emprego jovem tem sido subestimado.

Algumas conclusões são evidentes. O sector público não será capaz de absorver os jovens que procuram emprego, pois há poucas perspectivas de expansão nesta área. O sector privado formal está a crescer, mas o ponto de partida é extremamente baixo. As empresas que já existem – fonte primária de emprego remunerado – devem ser apoiadas, para que cresçam e sejam mais competitivas. Muito importante será prestar atenção aos sectores informal e rural, pois serão as áreas de criação de novos postos de trabalho. Os governos devem centrar-se na remoção dos obstáculos às inúmeras pequenas empresas informais, ajudá-las a crescer e a criar empregos decentes.

Problema comum a muitos países é o facto de as escolas e os centros de formação não estarem a fornecer aos jovens as competências que os empregadores requerem. Se os sistemas educativos devem estar mais em linha com as necessidades do mercado de trabalho, a maior barreira com que os jovens se deparam nos mercados de trabalho africanos é a ausência da procura de mão-de-obra, uma conclusão partilhado pelos especialistas nos países e pelos que se dedicam à análise da juventude.

É fundamental que os governos desenvolvam respostas adequadas. Há muitos programas governamentais, mas com fracos indicadores de resultados sustentáveis. Uma das maiores deficiências dos programas destinados à promoção de emprego jovem é a falta de conhecimento sobre o que funciona e o que não funciona, algo que está relacionado com a ausência de dados sobre o emprego em África. O segundo obstáculo é a frequente falta de coordenação entre as agências governamentais, o que leva a acções dispersas, muito vezes mesmo concorrenciais, que não se integram numa estratégia eficaz.

Se a curto-prazo as perspectivas são complicadas, a longo-prazo são boas, desde que os governos africanos enfrentem eficazmente os obstáculos que os jovens enfrentam. As melhorias na educação, a emergência de novas tecnologias e a rápida urbanização são oportunidades para o desenvolvimento e para a criação de empregos. Por último, os sectores informal e rural, durante muito tempo considerados como problemáticos, estão em processo de mudança, demonstrando um empreendedorismo que pode gerar oportunidades para os jovens, se as políticas governamentais assim o permitirem.



From:
African Economic Outlook 2012
Promoting Youth Employment

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2012-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank, *et al.* (2012), "Sumário executivo", in *African Economic Outlook 2012: Promoting Youth Employment*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264177673-2-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.